

FAZENDO GUERRA; CRIANDO IMAGENS;
ESTABELECENDO IDENTIDADES. A OCUPAÇÃO
DO CENTRO-OESTE E OS CONFLITOS COM OS
KAYAPÓ NO SÉCULO XVIII*

*Odair Giralдин***

Resumo

Neste artigo procuro interpretar a ocupação colonial do centro-oeste brasileiro e os conflitos com os povos indígenas, sobretudo os Kayapó Meridionais. Utilizando fontes documentais oficiais e dados etnográficos, proponho uma abordagem que privilegia a perspectiva do jogo das representações que as imagens indígenas cumpriam aos não-índios, da mesma maneira que a representação dos não-índios poderia ter cumprido para os indígenas (neste caso os Kayapó Meridionais que vivenciaram o processo).

Palavras-chaves: Brasil Colônia; história indígena; Kayapó meridional; Centro-oeste.

* O presente trabalho baseia-se em reflexões a partir dos dados apresentados em minhas pesquisas sobre a história dos Kayapó, ou Kayapó Meridionais, da qual resultou a dissertação de mestrado (cf. Giralдин, 1994). Ele foi apresentado no XII Encontro Regional de História da ANPUH-SP, realizado em Campinas, em setembro de 1994. Agradeço a profa. Dra. Vanessa Lea, pelos comentários a esta versão do artigo.

** Graduado em História, Mestre em Antropologia Social e Doutor em Ciências Sociais pela UNICAMP. É professor da Fundação Universidade do Tocantins - UNITINS, lecionando no campus de Porto Nacional. Publicou *Kayapó e Panará. Luta e Sobrevivência de um Povo Jê no Brasil Central*. Campinas, Editora da Unicamp, 1997. E-mail: giralдин@unitins.br ou giralдин@zipmail.com.br.

O processo de ocupação da região centro-oeste do Brasil por parte da sociedade colonial europeizada, a partir do início do século XVIII, tem sido explicado principalmente pelo processo de acumulação primitiva verificado no centro do sistema colonial. Assim, quando abordados pela historiografia, os conflitos que se verificaram com os diversos povos indígenas da região são minimizados, reduzindo-os a ilustrações das dificuldades de expansão territorial. Quando tratados pela antropologia brasileira, são, via de regra, conformados ao modelo das “frentes de expansão” (colonial e nacional), conforme os estudos de Darcy Ribeiro (1989), ao formular o conceito de “transfiguração étnica”, e também à teoria da “fricção interétnica”, elaborada por Roberto Cardoso de Oliveira ([1967] 1978). Nestas abordagens, omite-se, quase sempre, o papel desempenhado pelas ações concretas e empíricas vividas por parte daqueles povos, enquanto agentes ativos do contexto histórico. Eles são, assim, ao mais das vezes, reduzidos à passividade diante de um processo histórico que os teria levado à extinção.

Pretendo neste artigo apresentar sugestões para uma nova interpretação daquele processo de contato entre a sociedade colonial e os Kayapó¹, localizados principalmente na capitania de Goiás no século XVIII, procurando mostrar que os conflitos podem ser compreendidos como um “encontro cultural” em que a presença do Outro, tanto Kayapó quanto a sociedade europeizada, era interpretada, reciprocamente, a partir dos modelos fornecidos por suas respectivas culturas.

1. Resumo Histórico

A história da ocupação colonial do interior do Brasil Central, notadamente da região que se tornaria a capitania de Goiás, tem sido contada, resumidamente, da seguinte forma. Com a descoberta das minas de ouro, ocorridas por volta de 1722 em Goiás, ocorreu uma migração acelerada para a região, fato já verificado anteriormente em Minas Gerais (1693) e Cuiabá (1718). Os primeiros garimpos encontrados em Goiás localizavam-se nas margens do rio Vermelho, um afluente da margem direita do rio Araguaia, originando-se deles a fundação de Vila Boa, atual Cidade de Goiás. Desta descoberta e da mineração que se seguiu, originou-se a capitania de Goiás, elevada a esta condição após

ser desmembrada da capitania de São Paulo em 1748, tendo seu primeiro governador tomado posse em 1749 (Alencastre, 1979, p.87). Neste processo de invasão do território, os garimpeiros entraram em contato com os diversos grupos indígenas da região, como os Goiás, Akroá, Xerente, Xavante, Xakriabá, Karajá e Kayapó, todos grupos da família lingüística Jê, ou Macro-Jê. Os Goiás desapareceram rapidamente, sendo que os demais mantiveram contato pelos séculos seguintes.

No processo incessante de tentar encontrar novos garimpos, tanto para suprir a necessidade da demanda crescente de novos mineradores, quanto pelo esgotamento natural das jazidas existentes, os aventureiros espalhavam-se por várias partes da região. O próprio descobridor das minas de Goiás, Bartolomeu Bueno da Silva, conhecido como “Anhanguera”, explorando a região dos rios Claro e Pilões, neles descobriu diamantes. Mas não pôde levar adiante a exploração das pedras preciosas porque aquela atividade era um monopólio da Coroa portuguesa, (Prado Jr, 1992, p.181-185) e também devido à presença intimidadora dos Kayapó na área.

Com a intensificação da exploração mineira, crescente nos primeiros anos, aumentou também o fluxo comercial entre Vila Boa e São Paulo. Este comércio, uma atividade econômica altamente lucrativa, era feito por via terrestre por uma estrada que ficou conhecida como “caminho de Goiás”. Ela atravessava todo o sul de Goiás, o atual Triângulo Mineiro, também parte da área de ocupação tradicional dos Kayapó, até chegar em São Paulo. Para tentar manter o “caminho de Goiás” em segurança para os viajantes, bem como proteger as áreas de mineração, o governador de São Paulo, D. Luís de Mascarenhas, contratou Antônio Pires de Campos, um sertanista de Cuiabá muito experiente, que foi encarregado de deslocar grupos Bororo da região de Cuiabá e aldeá-los no atual Triângulo Mineiro. Comandando estes grupos Bororo, Antônio Pires de Campos deveria realizar todas as ações necessárias para manter em segurança tanto o “caminho de Goiás”, protegendo os viajantes, quanto os moradores da região dos ataques dos Kayapó.

O “problema” Kayapó não foi resolvido por Antônio Pires de Campos, flechado mortalmente pelos próprios Kayapó em 1751, e nem mesmo pelos continuadores de sua tarefa. Os conflitos permaneceram até que se iniciou um processo de convivência menos conflituosa, através de aldeamentos, fato que somente ocorreu após 1780 quando o primeiro grupo foi aldeado.

Naquele momento, segunda metade do século XVIII, as atividades garimpeiras já apresentavam sinais de esgotamento, entrando a economia da região em decadência. Com o declínio da mineração, seja pelo esgotamento das minas, seja pelo crescente fiscalismo intervencionista imposto pela metrópole, verificado tanto em Goiás quanto em Minas Gerais, cresceram as atividades ligadas ao campo, principalmente a agricultura e a pecuária. Adveio, então, uma nova frente de expansão: o processo de ruralização das atividades econômicas, com os antigos mineradores passando a dedicar-se às atividades de agropecuária. Esta onda migratória no Triângulo Mineiro e no sudoeste de Goiás teve lugar principalmente a partir do terceiro quartel do século XVIII, crescendo muito em princípio do século XIX. A população que se ocupava naquela atividade passou a dispersar-se para outras regiões da colônia ou para o interior da própria capitania goiana, tanto em busca de novos garimpos quanto de terras para agricultura e pecuária².

Esta nova forma de ocupação da terra levou a um novo tipo de conflito. Não bastava mais expulsar os índios para algum lugar longe dos locais de mineração. Com a nova atividade econômica, fazia-se necessário retirá-los, definitivamente, da terra que passaria a ser ocupada por rebanhos de gado. Diante desta nova investida, os Kayapó atuaram de maneira que os conflitos perdurassem até o final do século XIX, conforme afirma Darcy Ribeiro (1989, p.69).

2. A imagem dos Kayapó na abordagem da historiografia tradicional

Os vários autores que mencionaram os Kayapó em seus escritos quase sempre o fizeram de forma muito rápida, inserindo-os, muitas vezes de passagem, no contexto da expansão da colonização européia para o interior do Brasil. Pode-se citar, como exemplo, Robert Southey (1862); Machado de Oliveira (1862); Taunay (1950); Sérgio Buarque de Holanda (1986, 1987, 1990), Caio Prado Jr. (1992). Acontecem também, embora isto não seja muito freqüente, os casos em que nem mesmo são mencionados, como ocorre, por exemplo, com a História Geral do Brasil, de Francisco A. Varnhagen (1981).

Em sua maioria, os trabalhos abordaram a história dos Kayapó dentro da história resumida acima, a partir de dois pontos de vista, que são, no entanto, elementos do mesmo processo: do ponto de vista do conquistador (ressaltando o heroísmo dos bandeirantes paulistas na conquista do centro-oeste), ou tentando formular um discurso que se contrapusesse a ele (mostrando que houve uma atitude violenta por parte dos invasores e a reação Kayapó em defesa do seu território).

Na primeira vertente, podemos incluir o trabalho de Taunay. Ao escrever sobre Antônio Pires de Campos, que fora contratado para “guerrear” contra os Kayapó em meados do século XVIII, Taunay não deixa de lhe tecer elogios, afirmando que Antônio Pires de Campos (o filho) tivera “carreira tão ilustre” quanto seu pai, que foi um dos descobridores das minas de Cuiabá (Taunay, 1950, p.18). Ou ainda quando assimila a opinião de Pedro Tacques para quem Antônio Pires de Campos foi “Adonis na Praça e Marte no Sertão”. Com isto queria dizer que ele se destacava por suas “maneiras cortesês” (sic) na cidade e pela “bravura e fereza nas campanhas sertanejas” (Taunay, 1950, p.518). Tentando defender as ações praticadas por Antônio Pires de Campos contra os Kayapó, Taunay discorda das críticas de Aires de Casal, afirmando que “os crimes de Antônio Pires haviam tido a mais ampla aprovação e incitamento de Sua Majestade para as ações do real serviço que praticara” (Taunay, 1950, p.538). Finalizando, conclui Taunay que muitas “atrocidades” foram cometidas durante as expedições de Antônio Pires de Campos. Mas, segundo ele, eram excessos cometidos por homens “obedientes a sentimentos atávicos de superioridade racial e na vigência de instituições decorrentes de tal mentalidade” (Taunay, 1950, p.542. Os grifos são meus).

Dentro da vertente historiográfica que tentou construir um contra-discurso, pelo qual pudesse se contrapor àquele que legitimava a ação dos “brancos” contra os Kayapó, reúnem-se alguns autores que, talvez involuntariamente, acabaram se tornando “cúmplices daquilo a que eles se opunham”, conforme afirmação de Taussig (1993, p.139). Incluem-se aqui os autores que se opuseram ao discurso que construiu, desde o século XVIII, a imagem dos Kayapó como um grupo bárbaro, hostil e selvagem. Para atingir este objetivo, procurou-se argumentar que as ações guerreiras dos Kayapó representavam uma posição de auto-defesa contra a invasão do seu território pelos “brancos”. Mas, ao se fazer isto, não se escapou de um eurocentrismo, pois eles foram colocados em

uma posição passiva em relação ao processo histórico no qual estavam inseridos. Desta forma, obscureceu-se sua participação também como agentes do próprio processo histórico que estavam vivendo.

Mário Neme (1969), por exemplo, afirma que após as invasões de seus territórios “por levas de mineradores, aventureiros e traficantes, soldados e colonos,” os Kayapó tornaram-se mais agressivos. Esta agressividade passou a ser, segundo ele, ainda maior após o início das guerras de extermínio movida contra os Kayapó.

Para Neme, os Kayapó “passaram, então, a sofrer os efeitos do estado de guerra, a ele se conformando como condição de sobrevivência” (Neme, 1969:129. Grifos meus). Com este argumento, pode-se perceber que o autor permanece preso a uma lógica que não considera outra ação possível para o ato guerreiro Kayapó, exceto a de defender seu território e conformar-se ao estado de guerra para sobreviver.

Este discurso que atribui às ações guerreiras o principal objetivo de defender o território aparece também no trabalho mais recente sobre os “Kayapó do Sul”. Trata-se da dissertação, apresentada na Universidade Federal de Goiás (Ataídes, 1991), na qual o autor afirma que “em defesa de seu território, o Kayapó do Sul lutou por quase dois séculos” (Ataídes, 1991:230). Ao mencionar a questão da guerra entre os Kayapó e os “brancos”, refere-se ao prejuízo causado pelas mortes de escravos durante os ataques. Segundo ele, “é importante observar que o ódio, tanto do colonizador como do índio advindo desses ataques, aumentava na medida que o tempo ia passando...” (Ataídes, 1991, p.233).

Não se pretende argumentar que não havia uma questão de defesa de território por parte das lutas dos Kayapó. Mas não se deve, no entanto, sobrevalorizar os ataques realizados por eles contra os “brancos” através apenas desta questão da defesa do território. Tanto este quanto o conceito de ódio utilizado por Ataídes são culturalmente marcados. Não se segue que tenham o mesmo significado para as duas culturas em questão. Tanto um quanto outro precisam ser melhor definidos para terem uma melhor utilização. Com este posicionamento teórico não se leva em consideração a importância que outros aspectos da cultura Kayapó tinham na definição da própria história daquele povo. Conforme veremos neste trabalho, as ações guerreiras, além de serem fonte de obtenção de riquezas através do botim conseguido nos ataques, também exerciam papel importante na própria definição da identidade Kayapó.

Segundo as informações documentais setecentistas, nas suas ações guerreiras os Kayapó raramente deixavam sobreviventes. Via de regra todas as pessoas que estivessem no local do ataque seriam mortas. Ao contrário de outros grupos indígenas, eles não tinham interesse em capturar mulheres e crianças para levarem para suas aldeias. Este foi um dos motivos pelos quais foram considerados um dos grupos mais temidos, tornando-se símbolo de “ferocidade” durante o século XVIII. No entanto, pode-se melhor compreender suas ações guerreiras ao se abordar os Kayapó da perspectiva dos conceitos da sua própria cultura.

3. Eventos históricos pelo olhar cultural. Proposta de uma nova abordagem.

A maioria dos autores que fizeram referência aos Kayapó acreditou, desde as primeiras décadas deste século, que eles caminhavam para a extinção, ou que já estavam extintos.

Em 1940, Nimuendajú apresentou um relatório ao SPI sobre os Gorotire. Afirmou que, dos Kayapó, apenas um grupo reduzido de cerca de umas trinta pessoas ainda vivia, em 1910, nas margens do rio Grande, mas que “Hhoje os Kaiapó Meridionais desapareceram como tribo” (Nimuendajú, 1952, p.427). Robert Lowie,(1946, p.519) no Handbook of South American Indians, na parte referente aos Kayapó, usando como únicas fontes de referência os relatos de Saint Hilaire e Pohl, repete a opinião de Nimuendajú de que aquela “tribo” deixou de existir. Posteriormente, Egon Schaden, em 1954, também compartilhou a hipótese de que os Kayapó estavam extintos, citando os dados fornecidos por Lowie (Schaden, 1954, p.397).

No entanto, estudos mais recentes mostraram que estavam enganados os que acreditaram que os Kayapó estavam extintos. Eles também contrariam a hipótese de que os Kayapó pudessem ser um grupo dos Kayapó que teria se refugiado próximo do Xingu.

Foi o antropólogo inglês Richard H. Heelas quem inicialmente lançou a hipótese de que os Panará e os Kayapó poderiam ser um único grupo. Os Panará, grupo Jê-falante, era conhecido, anteriormente ao seu contacto, como Kreen Akrore, nome dado a eles pelos Kayapó. Foram contactados

em princípios da década de 1970, na região norte do Mato Grosso nas margens do rio Peixoto de Azevedo. Com uma população estimada em cerca de 700 pessoas, após dois anos de contato seu número reduziu-se para menos de 100. Quando foram transferidos para o Parque Nacional do Xingu, existiam apenas 79 deles (Schwartzman, 1987, p.264-265).

Schwartzman concluiu, a partir da hipótese de Heelas, que era provável que os Panará do Peixoto de Azevedo representassem um grupo de Kayapó não assimilados que fugiram de Goiás ou do sul de Mato Grosso no final do século XVIII, ou início do XIX. Mencionou como evidência desta hipótese a própria tradição Panará de que seus ancestrais vieram do leste, de uma área de campo aberto, para a área de floresta fechada do rio Peixoto de Azevedo e que os inimigos estão no leste e não no oeste (Schwartzman, 1987, p.256).

Os resultados obtidos através de minhas pesquisas (Giraldin, 1994; 1997) confirmam a hipótese de Heelas. Esta confirmação se dá através de análises documentais, sobretudo através de vários vocabulários da língua Kayapó recolhidos por viajantes como Saint-Hilaire ([1815-1822] 1975) e Pohl ([1817-1821] 1976) no início do século XIX em Goiás; por Ehrenreich (1894) e Dr. Kupfer (1870) na segunda metade do século XIX numa aldeia em Santana do Paranahiba (atualmente Parnaíba - MS) em Mato Grosso; e por um Alexandre de Souza Barbosa, morador de Uberaba, entre os Kayapó que viviam próximo da cachoeira Água Vermelha nas margens do rio Grande. Tanto os Kayapó de Goiás do início do século XIX, quanto os de Água Vermelha em Minas Gerais do início do século XX (1911), utilizavam como auto-designação o etnônimo Panará. Mais precisamente, Saint-Hilaire registrou Panariá e Alexandre de Souza Barbosa registrou Panará. As análises comparativas destes vocabulários entre si e com a língua atual dos Panará, confirmam uma variação dialetal entre os Kayapó de Goiás e de Minas Gerais, mas confirmam também se tratar de uma mesma língua (Rodrigues & Dourado, 1993, p.505).

A partir das indicações da sobrevivência dos Kayapó na figura dos Panará, utilizo-me, então, de alguns dados da etnografia dos segundos para interpretar eventos históricos dos primeiros. Com isto busco uma nova perspectiva, analisando eventos históricos conciliando informações históricas fornecidas por fontes documentais escritas, com aspectos culturais do grupo estudado.

A partir do início do século XVIII, os Kayapó foram considerados pelas autoridades coloniais como um dos grupos indígenas mais hostis aos “brancos”, sendo seu caso utilizado como parâmetro para se tomar decisões, ou para argumentações sobre outros grupos indígenas do Brasil Colonial. Como exemplo, podemos citar o caso dos Mura. Em 1751, o sertanista João de Souza Azevedo valeu-se do exemplo de combate aos Kayapó para sugerir ao governador do Pará, Mendonça Furtado, que os Mura fossem combatidos da mesma maneira (Amoroso, 1991, p.94).

Outro exemplo nos é fornecido pelos debates ocorridos em 1783, quando se discutia como deveriam ser tratadas as revoltas dos índios do Rio Branco, em Roraima. Elas deveriam ser punidas “a ferro e fogo”, ou de forma branda? A decisão tomada em Lisboa mandava que se resolvesse o problema por outro meio que não a guerra e a dispersão dos insurretos. Estes efeitos drásticos, argumentava-se, deveriam ser guardados para “casos extremos, como o dos Kayapó”, paradigma de ferocidade da época (Farage, 1991, p.135).

De fato, os ataques dos Kayapó eram tidos como extremamente violentos. Segundo os relatos da época, eles não deixavam de matar quem pudessem alcançar. Além disso, não há nenhuma evidência de que tenham raptado qualquer pessoa em todos os ataques que realizaram. A única exceção, citada na documentação, é o caso do grupo indígena conhecido como Araxá. Este, segundo carta do governador de Goiás, teria sido atacado pelos Kayapó em 1751, sendo a maioria dos seus membros mortos. Afirma o documento que os demais foram raptados para servirem aos rituais de antropofagia dos vencedores, o que não está correto, uma vez que se sabe que os povos de língua Jê não a praticavam. Deve-se considerar que havia dois padres que estavam na capital de Goiás na época aguardando a chegada de Antônio Pires de Campos para irem formar um aldeamento junto aos Araxá. Desapontados, podem ter influenciado na informação.

Mas em todas as outras informações de ataques Kayapó a regra se mantém: matavam a todos, pilhavam bens que podiam carregar e queimavam as casas. Como exemplo, temos o caso de um ataque realizado em 1755 em um garimpo, no local chamado de Arraial das Antas, atual cidade de Anápolis, em Goiás. Os Kayapó mataram 40 escravos negros que trabalhavam nas minas, o dono do garimpo e mais duas crianças “brancas”, fugindo em seguida.

Mas estes eventos podem ser mais bem compreendidos a partir da própria cultura Kayapó (através das informações sobre os Panará), que nos permite entender de forma não preconceituosa a realização daqueles ataques. Assim como a antropofagia tinha um significado entre os povos Tupi, compreensível, por exemplo, a partir da cultura Tupinambá, os ataques praticados pelos Kayapó devem ser vistos, também, a partir de sua própria cultura.

Dois aspectos da cultura Panará podem nos ajudar a compreender melhor os ataques praticados pelos Kayapó: a relação *Panará/hi'pe* (podendo ser, grosso modo, compreendido como “nós/”outros”) e a questão da vingança das mortes e/ou perdas sofridas. Segundo Heelas (1979, p.64), os Panará concebem o mundo, como os demais grupos Jê, de uma forma circular. Para eles este “disco” compõem-se de uma “terra”, rodeada por “escuridão”. Verticalmente, divide-se em duas zonas cosmológicas: acima um “céu” e abaixo um “submundo”. Horizontalmente, a “terra”, habitada por humanos que se dividem em duas categorias: *Panará/Kahen*, segundo Heelas (1979, p.64), ou *Panará/hi'pe*, conforme Schwartzman (1987, p.93). Ambos, no entanto, concordam que o termo *kahen* ou *hi'pe* deve ser cognato dos termos *kuben* (Kayapó), enquanto Schwartzman acrescenta ainda *kupen* (Suyá) e *kupe* (Krahô). Segundo Heelas, o termo *kahen* não tem as mesmas funções que seus cognatos dos outros grupos Jê, como *kuben* (Kayapó) contrapondo “humano” x “não-humano”, ou “Jê” x “não-Jê”. *Panará* não é utilizado para referir-se a outro grupo que não seja *Panará*, enquanto que *kahen* não é utilizado para referir-se a qualquer grupo que seja da categoria Panará (Heelas, 1979, p.64). Schwartzman argumenta, por sua vez, que o termo *hi'pe* refere-se a “outros”, “inimigos”, incluindo-se nesta categoria todos os outros povos indígenas, os brasileiros, e várias categorias de seres sobrenaturais, mais especificamente seres semi-humanos, além de monstros da floresta (Schwartzman, 1987, p.93), os quais são hostis aos Panará.

Assim, Heelas sugere que *Panará* e *kahen* referem-se a categorias sociais fixas, implicando-se, dessa forma, que em expedições guerreiras os *Panará*, ao contrário de outros grupos Jê, não faziam cativos. Ao contrário, os *Panará* matavam todos os *kahen* que encontravam (Heelas, 1987, p.65).

Esta característica de os *Panará* não capturar cativos³, deve-se, segundo Heelas, aos grupos de residência existentes no plano da

aldeia, aos quais chamou de “spatial descent groups” (“grupo de descendência espacial”), semelhante aos “clãs” Bororo⁴ (Heelas, 1979, p.79). Para Heelas, a filiação a um SDG se dá através da descendência matrilinear, sendo a regra de residência uxorilocal e a exogamia observadas, de tal maneira que não se permite que uma pessoa de outro SDG possa ser assimilada em um SDG que não seja o seu de origem. Isto explicaria porque não há cativos entre os Panará. Uma criança capturada teria problemas em determinar o lugar de residência, pois não teria um local social, por não ter nascido em um SDG, nem casamento, uma vez que o casamento entre os Panará é “prescritivo”, e também teria problemas com sua morte, pois são os afins que cuidam de seu enterro (Heelas, 1987, p.80, nota 1 e Schwartzman, 1987, p.221-223).

Para Schwartzman a identidade Panará é construída a partir da relação *Panará/hi'pe*. Os inimigos (*hi'pe*) são criaturas revoltantes e guerreiras, mas fontes de certos poderes e bens. O contato com “inimigos” (*hi'pe*) torna um homem “bravo” como os “inimigos” e esta a condição em que os homens devem estar para realizar as cerimônias de furação de lábios, de orelhas e para escarificação do peito e das costas. Estes são rituais em que há manifestações de dor. E a dor, um ponto central para a formação da pessoa Panará. Assim, os “inimigos” tornam os homens “bravos” através da dor que lhes causam nas expedições guerreiras. Os homens causam dor nas mulheres, através das brigas conjugais e de seu comportamento “agressivo”, deixando-as “tristes”, condição que leva à gravidez (Schwartzman, 1987, p.100-179); causam dor nas crianças através da furação de lábios e orelhas, ritos de passagem para a formação do Panará. Assim, fortalece-se a identidade Panará, com um ideal de homem guerreiro e bravo (Schwartzman, 1987, p.231). Além disso, os “inimigos” são considerados também, tradicionalmente, fonte de bens de valor para os Panará, tal como algumas plantas, como batatas e cará, as quais foram roubadas dos “inimigos”, e também fonte de armas de metal e de miçangas. O que se pode ressaltar, então, é que a relação com os “inimigos” cumpre papel importante na cultura Panará, sendo vital para sua identificação e para a realização dos rituais que marcam a formação da pessoa.

A segunda característica cultural dos Panará que nos ajuda entender melhor a história Kayapó é a vingança. Em várias sociedades indígenas esta questão tem importância muito grande. Segundo Carneiro da Cunha e Viveiros de Castro, entre os Tupinambá, por exemplo, o nexos da sociedade

é a guerra de vingança (Carneiro de Cunha & Viveiros de Castro, 1986, p.71). Enquanto para os Tupinambá, por um lado, a vingança seria um processo fundante da própria sociedade, portanto interminável, entre os Jê, por outro lado, a relação com os inimigos clamaria por conclusão. O que nos importa reter desta discussão é que há, entre as sociedades Jê, este processo de vingança como uma forma de compensar mortes ou perdas. Entre os M̃ bengokre, por exemplo, cada pessoa morta, por assassinato ou feitiçaria, deve ser vingada matando o seu agressor ou um substituto.⁵

Muito embora se possa considerar que, entre os Jê, a relação com os inimigos clame por conclusão, conforme argumentam Carneiro da Cunha e Viveiros de Castro, parece, no entanto, que a vingança pode ter contribuído para aumentar os conflitos entre Kayapó e “brancos”.⁶ Talvez houvesse, por parte dos Kayapó, uma tendência à conclusão da vingança. Mas ela era novamente exigida pelas respostas dadas pelos ataques dos “brancos”. Assim, permanecia-se no conflito.

Desta forma, retornando àqueles eventos da história dos conflitos entre “brancos” e Kayapó, ao longo dos séculos XVIII e XIX, poderemos entender melhor a lógica da não captura de mulheres ou crianças “brancas” pelos Kayapó, ao contrário, matando-as todas.

Em primeiro lugar, estavam em contato com um “inimigo” (*hi'pe* ou *kahen*), o qual pertencia a uma categoria que era definida como hostil e, portanto, deveria ser morta. Segundo, porque ao combater os “inimigos”, eles lhes forneciam bens como a “bravura”, necessária para que os homens pudessem realizar as cerimônias de escarificação de peito e costas e a perfuração de lábios e orelhas; e tornava o homem “bravo”, uma condição ideal para provocar dor nas mulheres através de relações sexuais ou de brigas conjugais, a partir das quais as mulheres ficariam “tristes”, podendo engravidar. Terceiro, os inimigos eram fontes de bens materiais, como plantas, armas, etc., bens estes que, mitologicamente, foram deles apropriados. Podemos acreditar então que os Panará continuavam praticando a aquisição de bens, recriando historicamente a ação mitológica. Quarto, estavam também vingando seus mortos, ou as pessoas capturadas pelos “brancos”. Finalmente, não faziam cativos os seus “inimigos” porque não havia possibilidade de serem incorporados em seus “SDG” ou “clãs”.

E assim, foram considerados um dos grupos mais hostis do interior do Brasil no século XVIII.

4. Falando do Outro. Falando de si mesmo.

Mas que papel a construção de uma imagem dos Kayapó como um grupo indígena extremamente hostil cumpria na dinâmica do processo de colonização?

Segundo Laura de Melo e Souza, houve, no início do período colonial, um processo de “edenização” do Novo Mundo, visando criar, assim, uma ponte que o aproximava do Velho Mundo europeu. “Edenizar a América significava estabelecer com ela uma camaradagem, uma cumplicidade que repousava no mundo imaginário. Encontrava-se aqui algo que, de certa forma, já estava concebido: via-se o que queria ver, o que se ouvia dizer” (Melo e Souza, 1986, p.43)

Mas se ocorreu esta “cumplicidade” pela edenização, o mesmo aconteceu com o processo de demonização da colônia. Através desta demonização dos povos indígenas, marcava-se uma separação que justificava as ações de guerra dos “brancos” contra as sociedades indígenas consideradas hostis.⁷ Considerá-los hostis, acusá-los de antropofagia, de bárbaros, compará-los a pragas ou doenças que “infestavam” determinados locais, fornecia aos “brancos”, uma “alegoria da própria colonização” (Taussig, 1993, p.113). Estas acusações contra os Kayapó serviam para criar uma imagem dos índios que era necessária para a justificação da própria presença dos “brancos” e suas ações na colônia.

A história dos ataques praticados pelos Kayapó, principalmente os ocorridos nos períodos iniciais da ocupação da região das minas de ouro goianas, foram recontadas várias vezes nos documentos da época. Estas histórias, assim recontadas, tinham, seguindo a sugestão de Taussig (1993, p.116), uma função mnemônica e a capacidade de criar e sustentar o imaginário colonial sobre os Kayapó, constituindo uma força vigorosa, sem a qual talvez não se justificasse as ações dos “brancos” contra eles.

Essas imagens dos Kayapó serviram também para vincular as ações e os ataques dos “brancos” a um ideal de ser guerreiro do homem português e, provavelmente, do próprio “branco” da colônia. Veja-se o exemplo do governador de Goiás, João Manuel de Melo, em carta que escreveu ao Vice-Rei do Brasil, conde de Oeiras, em 29/12/1762. Refere-se à guerra entre França e Inglaterra⁸ em que se metera Portugal, aliado aos ingleses. Pede que o conde interfira junto à corte para que mandasse substituto para ocupar seu lugar e que ele fosse enviado ao Reino para

ir guerrear. Aproveita para reclamar que a guerra na colônia contra os índios não trazia nenhuma honra para ele, pois qualquer bandeira⁹ poderia destruir uma nação indígena inteira.

“Peza-me achar-me n’esta remota Capitania onde até chega iso tarde (sic) a notícia de que temos guerra, tomara estar n’esse Reino para ter o gosto d’expor cada dia a vida nas mais arriscadas occaziões que se oferecessem na campanha; peço a V. Ex. por quanto se lhe pode pedir, e pela nossa antiga amizade, que me mande substituto para me restituir aos Reino, e lograr a fortuna de morrer em defeza da pátria, que esta guerra que c temos com os Tapuios, não h, couza que dê honra aos Governadores...”¹⁰ (grifo meu).

Após descrever as ações das bandeiras no interior da capitania goiana, o governador volta a insistir na questão da honra dada pela guerra: “...que mais honra interesse em ser lá soldado razo do que general n’esta Capitania, que lá há guerra, e cá não e dezejo muito sacrificar a vida em defeza da pátria”¹¹.

O governador não teve seus desejos atendidos, permanecendo no governo de Goiás até 1770, mantendo o conflito com os Kayapó no interior do Brasil Central.

A historiografia brasileira mais recente, influenciada sobretudo pelas escolas inglesa e francesa, vem procurando abordar os “objetos” de estudos históricos a partir de uma metodologia construída através da interdisciplinaridade entre História e Antropologia.

Podemos citar, exemplificadamente, a influência exercida pela obra de Edward P. Thompson¹², pela de Jacques Le Goff¹³, além da obra de Robert Darnton.¹⁴ Através deles, as discussões sobre “cultura” (valorizada pelas noções de “mentalidade”, “experiência”, “história cultural”, “representações”), foram largamente incorporadas ao discurso e à prática da pesquisa histórica.

Com esta influência, parte da historiografia brasileira procurou dar relevância às parcelas da sociedade silenciadas pela abordagem historiográfica de cunho economicista. Passou-se, então, a resgatar “minorias oprimidas”, tais como: movimento operário, trabalhadores escravos, mulheres e homossexuais. Não se trata, entretanto, apenas de um “resgate” que objetive apenas descrevê-los. Ao contrário, segundo

esta nova abordagem, deve-se buscar nas informações mais sutis os significados simbólicos que cada manifestação social, política, corporal, enfim, implicava.

Ainda que tenha, reconhecidamente, uma importância muito grande por trazer à luz diversos segmentos sociais até então desconhecidos, essa parcela da historiografia mantém-se, ainda, refém da arquitetura imposta pela própria sociedade ocidental. Ao rebelar-se contra o viés economicista de explicação da história, acabou-se por estudar outras parcelas da sociedade construída no processo histórico instituído sob a predominância política e cultural dada pela sociedade ocidental e pela própria sociedade capitalista.

Muito embora se deva ressaltar que há uma parcela da historiografia do período colonial que, conforme afirmou J. Monteiro "...luta para sair da camisa-de-força conceptual e teórica orientada pelos ditames do capitalismo comercial" (Monteiro, 1992, p.13), não estaríamos ainda diante de uma miopia da historiografia brasileira que aproxima-se das contribuições teórico-metodológicas da Antropologia, mas, ao mesmo tempo, mantém-se afastada da compreensão das culturas e da história dos povos indígenas brasileiros?¹⁵

Abstract

This article attempts to interpret the colonial occupation of Western-Central Brazil and conflicts with the Amerindian peoples, especially the Southern Kayapó. Reseaches in official documents and ethnographic data, with the intention of focusing on the interplay of representations of non-indigenous people concerning Indians as well as the Indians' representations of non-Indians (specifically the Southern Kayapó who were involved in this process).

Key-words: Colonial Brazil; Indigenous History; Southern Kayapó.

Notas

- 1 Sobre o movimento migratório provocado pela decadência da mineração e a ocupação do Triângulo Mineiro e de Goiás no século XIX, veja-se: Mombeig (1984) e Tiballi (1991).
- 2 Vale a pena ressaltar que se trata de uma característica estranha, uma vez que a adoção é uma prática quase universal. Há, entre os Kayapó Setentrionais, uma longa prática de adoção (Vanessa Lea, comunicação pessoal).
- 3 Schwartzman chama a este grupo de descendência espacial simplesmente de “clã”. Correspondem, também, às casas M̃ bengokre (Lea, 1986).
- 4 Os M̃ bengokre podiam apaziguar brigas entre parentes indo matar um branco, em vez de vingar a morte internamente. Os Panará informaram que houve uma época em que cada morte por doenças dos brancos era atribuída à feitiçaria interna, sendo o feiticeiro morto. Um M̃ bengokre “valente” costumava matar até cinco pessoas para vingar a morte de um parente. Até mesmo a morte de onze peões em 1980 era considerada pagamento pela morte de um M̃ bengokre nas mãos dos “brancos”. (Vanessa Lea, comunicação pessoal). A mesma informação sobre as vinganças por feitiçaria, principalmente no período imediatamente após o contato, foi recolhida pela lingüista Luciana Dourado (comunicação pessoal).
- 5 Para uma discussão mais completa sobre o assunto, o interessado pode consultar meu livro (Giraldin, 1997), especialmente o capítulo II.
- 6 Para compreender o papel desempenhado pelos Jesuítas no processo de conquista e colonização dos povos indígenas no Brasil é importante consultar o livro de Bacta Neves (1978), assim como o de Gambini (1988).
- 7 Guerra entre a casa de Bourbon (França, Espanha e Nápoles) e a Inglaterra. Portugal aliou-se aos ingleses contra os demais. Assim, também o Brasil e as colônias espanholas fronteiriças estiveram neste clima de conflito (Varnhagen, tomo IV, 1981:180).
- 8 O termo “Bandeira” aqui utilizado significa os grupos de homens armados formados tanto por iniciativa privada, quanto por ordem dos governadores, servindo para vasculhar o interior de uma determinada região com o objetivo de atacar os grupos indígenas ali existentes.
- 9 “Carta do governador João Manuel de Melo ao Conde de Oeiras [29/12/1762]”. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo LXXXIV:83-86.

- 10 “Carta do governador João Manuel de Melo ao Conde de Oeiras [29/12/1762]”. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo LXXXIV:83-86.
- 11 Veja as discussões realizadas por Thompson sobre a relação entre História e Antropologia, nos artigos escritos em 1972 (ANTHROPOLOGY AND THE DISCIPLINE OF HISTORICAL CONTEXT) e em 1977 (FOLKLORE, ANTHROPOLOGY, AND SOCIAL HISTORY).
- 12 O autor discutiu a aproximação entre História e Antropologia em seu livro PARA UM NOVO CONCEITO DE IDADE MÉDIA (Le Goff, 1980). Veja também, do mesmo autor, sobre a mesma discussão (Le Goff, 1990 e 1990a).
- 13 Em seu livro O GRANDE MASSACRE DOS GATOS (1986) Darnton explicita sua aproximação com a antropologia simbólica desenvolvida por Geertz.

Referências Bibliográficas

ALENCASTRE, J. M. Pereira de [1863] - *Anais da Província de Goiás*. Goiânia, Oriente, s.d.

AMOROSO, Marta Rosa - *Guerra Mura no Século XVIII; Versos e Versões. Representações dos Mura no imaginário colonial*. Campinas, 310 p., Dissertação (mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UNICAMP, 1991.

ATAÍDES, Jézus Marco de - *Sob o signo da violência: colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central*. Goiânia, 335 p., Dissertação (mestrado). Instituto de Ciências Humanas e Letras - UFG, 1991.

BAETA NEVES, Luiz Felipe - *O combate dos Soldados de Cristo na Terra dos Papagaios*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1978.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto - *A Sociologia do Brasil Indígena*. Cap. VII “Problemas e Hipóteses relativos à Fricção Interétnica (1967)”. RJ, Tempo Brasileiro / Brasileira, Ed. UnB, 1978.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela & VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo - “Vingança e Temporalidade: os Tupinambá”. *Anuário Antropológico*, Brasília, 85:57-78, 1986.

EHRENREICH, Paul - "Nehring: Sud-Kayapó". *Materialien zur Sprachenkunde Brasiliens*. Berlin, 1894.

FARAGE, Nádia - *As Muralhas dos Sertões. Os povos indígenas do Rio Branco e a colonização*. RJ, Paz e Terra/ANPOCS, 1991.

GAMBINI, Roberto - *O Espelho Índio - os Jesuítas e a destruição da Alma Indígena*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1998.

GIRALDIN, Odair - "Kayapó e Panará". *Luta e sobrevivência de um povo*. Campinas, 1994, 200 p., Dissertação (mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UNICAMP, 1994.

GIRALDIN, Odair - "Kayapó e Panará". *Luta e sobrevivência de um povo Jê no Brasil Central*. Campinas, Editora da Unicamp, 1997.

HEELAS, Richard H. - *The social organization of the Panara, a Gê tribe of Central Brasil*. Oxford, 383 p., Tese (doutorado), Oxford University, 1979.

HOLANDA, Sérgio Buarque de - *O Extremo Oeste*. SP, Brasiliense, 1986.

HOLANDA, Sérgio Buarque de - *Raízes do Brasil*. 19ª ed. RJ, José Olympio, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque de - *Monções*. SP, Brasiliense, 1990.

KUPFER, Dr. - "Die Cayapo-Indianer in der Provinz Matto-Grosso". *Zietschrift der Gesellschaft fur Erdkunde zu Berlin*. Berlin, 1870.

LEA, Vanessa R. - *Nomes e nekrets Kayapó - uma concepção de riqueza*. Rio de Janeiro, 618 p., Tese (doutorado), Museu Nacional, 1986.

LE GOFF, Jacques - "Para uma antropologia histórica". In: *Para um novo conceito de Idade Média. Tempo, trabalho e cultura no ocidente*. Cap. IV Lisboa, Estampa, 1986, 198 p.

LE GOFF, Jacques - *História e Memória*. Cap. I "História" Campinas, Editora da Unicamp, 1990.

LE GOFF, Jacques - *A História Nova*. São Paulo, Martins Fontes, 1990.

LOWIE, Robert - "The Southern Kayapó". In *Handbook of South American Indians*, vol. I. New York, Cooper Square Publishers Inc., 1946.

MACHADO DE OLIVEIRA, José Joaquim - "Os Caiapós: sua origem; descobrimento; Acometimentos pelos mamelucos..." *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, XXIV: 491-524, 1862.

MELO E SOUZA, Laura de - *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. SP, Companhia das Letras, 1986.

MOMBEIG, Pierre - *Pioneiros e Plantadores de São Paulo*. SP, Hucitec, 1984.

MONTEIRO, John - "Colonização e despovoamento. São Paulo e Maranhão no século XVII". *Ciência Hoje. América Conquista e Colonização*. São Paulo, vol. 15 no 86:13-18, 1992.

NEME, Mário - "Dados para a história dos índios Caiapó". *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, 23:101-147, 1969.

NIMUENDAJÚ, Curt - "Os Gorotire". *Revista do Museu Paulista - Nova Série*. São Paulo, VI:427-453, 1952.

POHL, Johann Emanuel - *Viagem ao Interior do Brasil (1817-1821)*. SP, Edusp / Belo Horizonte, Itatiaia, 1976.

PRADO JR., Caio - *Formação do Brasil Contemporâneo*. 22ª ed. SP Brasiliense, 1992.

RIBEIRO, Darcy - *Os Índios e a Civilização*. SP, Circulo do Livro, 1989.

SAINT-HILAIRE, Auguste - *Viagem à Província de Goiás*. S.P Edusp / Belo Horizonte, Itatiaia, 1975.

SCHADEN, Egon - "Os Primitivos habitantes do Estado de São Paulo". *Revista de História*. São Paulo, 18:396-411, 1954.

SCHWARTZMAN, Stephan - *The Panaráof the Xingu National Park; the transformations of a society*. Chicago, 435 p. Tese (doutorado), University of Chicago, 1987.

SOUTHEY, Robert - *História do Brasil*. RJ, Garnier, 1862.

TAUNAY, Afonso D'E - *História Geral das Bandeiras Paulistas*. 11 volumes. SP, Imprensa Oficial do Estado, 1924-1950.

TAUNAY, Afonso D'E - "Os dois Antônio Pires de Campos e a campanha dos Caiapós". In *Anais do IV Congresso de História Nacional*. RJ, Imprensa Nacional, 1950.

TAUSSIG, Michael - *Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem. Um estudo sobre o terror e a cura*. RJ, Paz e Terra, 1993.

TIBALLI, Elianda Figueiredo Arantes - *A expansão do povoamento de Goiás. Século XIX*. Goiânia, 188 p., Dissertação (mestrado). Instituto de Ciências Humanas e Letras - UFG, 1991.

THOMPSON, Edward P. - "Anthropology and the discipline of historical context". *Midland History*, vol 1, n.3:43-44, 1972.

THOMPSON, Edward P. - "Folklore, Anthropology, and social history". *The Indian Historical Review*. vol 3, n.2:247-266, 1977.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de - *História do Brasil*. 10ª edição, Belo Horizonte, Itatiaia / SP, Edusp, 1981.